

Itajaí (SC), 24 de janeiro de 2025.

Para: Assessoria de Compras

A/C – Sr. Wilker Boeira

Para: Assessoria Jurídica

A/C – Sra. Juciara Reis Censi

Considerando, a necessidade de proporcionar a nova equipe de consultores do projeto PROMOBIS, um ambiente de trabalho funcional, agradável e, que possua as ferramentas necessárias para a realização das tarefas diárias que lhe serão solicitadas, como móveis, computadores, internet entre outros;

Considerando, que a sala do CIM-AMFRI, disponível no ELUME, não possui nenhum equipamento de informática;

Considerando, o teor da Lei 14133/2021, artigos 75, inciso II e 72, inciso I c/com a Resolução nº 02/2024, artigos 1º e 4º :

Art. 1º É dispensável a licitação no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. § 1º Os valores referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei 14.133, de 2021 serão duplicados para compras, obras e serviços contratados pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMFRI – CIM-AMFRI.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Observação:

(Valores atualizados pelo Decreto 12.342 de 30 de dezembro de 2024: R\$ 62.725,59 e, para consórcios públicos R\$ 125.451,18.).

Art. 4º No caso de contratações de bens e serviços para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação do inciso II, c/c § 2º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 será dispensado: I – totalmente os documentos de habilitação do fornecedor, nos termos do inciso III, do art. 70, da Lei 14.133, de 2021; II – a manifestação jurídica no Processo Administrativo; III – a divulgação prevista no art. 3º desta Resolução. Parágrafo: Deverá ser observado o procedimento do art. 2º desta Resolução.

Art. 72. O processo de contratação direta, que abrange os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de formalização de demanda e, quando aplicável, estudo técnico

preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; [...]

Considerando, que a proposta da **LH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA (CNPJ: 53.064.623/0001-94)** com sede na **Rua Donato Pereira, n° 294, bairro: Fazendinha, cidade: Itajaí/SC – CEP: 88306-220**, atende a todos os requisitos necessários solicitados pelo CIM-AMFRI, bem como, se adequa a margem de valor que dispensa a licitação, conforme artigo 1° da referida Resolução n°02/2024 do consórcio, em consonância com a Lei vigente, 14133/2021, artigo 75, inciso II.

SOLICITO:

Que sejam tomadas as devidas providências para a contratação de serviços técnicos especializados para configuração e conexão dos computadores e periféricos, com total conexão entre eles e, o prédio do servidor geral; devendo ainda, fornecer todo material necessário para estruturar a sala remota localizada no ELUME, para o correto funcionamento de 20 (vinte) pontos de conexão. O serviço deverá compreender o material necessário para instalação de 20 (vinte) pontos em mesas localizadas no Centro de Inovação, para que a equipe de novos consultores possa trabalhar acessando também os arquivos localizados no servidor central, do CIM-AMFRI.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2

ELEMENTO DE DESPESA: 40.10

PROJETO/ATIVIDADE: 2001 – Manutenção das atividades do CIM-AMFRI

FUNDAMENTO:

Item Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do CIM-AMFRI;

...

XVI – Autorizar as compras, acompanhar e orientar os processos de licitação para a contratação de bens e serviços, bem como celebrar e assinar contratos com terceiros para a execução e manutenção das atividades do Consórcio;”


JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO
CIM-AMFRI